



HAL
open science

Perspectivas para o futuro

Martine Droulers

► **To cite this version:**

Martine Droulers. Perspectives para o futuro. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. *Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções*, vol. 2 Análises temáticas, NUMA/UFPa, pp.231-252, 2019, 978-85-88998-74-2. halshs-02354893

HAL Id: halshs-02354893

<https://shs.hal.science/halshs-02354893>

Submitted on 7 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

M. Droulers

O objetivo deste capítulo será mostrar como os moradores entrevistados nas comunidades escolhidas na pesquisa DURAMAZ encaram as perspectivas do futuro para eles e seus filhos. A confiança no futuro é o revelador de uma satisfação social enraizada localmente que significa a aceitação da moradia, das condições de vida e de trabalho no lugar, assim como da inserção na natureza, o que pressupõe uma certa estabilização social, geográfica e ecológica, o que poderia ser definido como uma adaptação ecoregional até bioregional¹. Quais seriam os constitutivos da estabilidade a partir das diferentes visões do futuro dos grupos familiares? Seis perguntas nos questionários DURAMAZ 2 aplicados em 13 comunidades serão analisados em seguida afim de esboçar modelos de trajetórias de sustentabilidade para o mundo rural amazônico, propor tipologias e indicar pistas para um futuro crivado de muitas perspectivas para os jovens e os menos jovens habitantes desse universo.

O futuro das comunidades depende da dinâmica social dos lugares. Essa pode ser medida de duas maneiras: quantitativa, a partir de alguns dados demográficos deduzidos das respostas aos questionários individuais e de moradias; qualitativa, referente ao modo de como os entrevistados encaram o futuro para seus filhos e a apreciação que eles têm das mudanças ocorridas nos últimos cinco anos; um futuro plural mais do que singular. Com esses elementos será possível determinar o grau de felicidade e satisfação dos habitantes em relação às condições de vida nas áreas estudadas, aceitando as situações e encarando a possibilidade de um futuro para seus filhos nesses lugares.

¹ O bioregionalismo sendo uma escola do pensamento sobre os sistemas socioecológicos (ver seção 3). Bioregionalismo surgiu como uma nova configuração (*framework*) para estudar a relação complexa entre as comunidades humanas, as instituições e o ambiente natural. Os seres humanos são influenciados pela sua localização na natureza, englobando o nível bioregional (MCGINNIS, 2011).

Dados demográficos

Tentaremos definir os perfis demográficos das famílias pela análise das respostas em três níveis: os chefes de família (1.040), os indivíduos entrevistados (1.262) e os componentes das unidades domésticas (2.258), ou seja, as pessoas que moram de maneira permanente ou temporárias em cada casa entrevistada. Poderemos analisar por idade, gênero, número de filhos para entender um pouco da dinâmica demográfica das famílias.

A primeira maneira de estudar seria pelo número de filhos. O fato de ter muitos filhos pode ser interpretado como um sinal de crença no futuro, mas também revela um regime demográfico rural tradicional, pois no meio urbano natalidade e fecundidade são cada vez mais controlados. No mundo moderno conectado, mais pessoas na unidade doméstica exigem uma maior quantidade de dinheiro. A pergunta “Quantos filhos vocês têm?”, no universo de 747 moradias (QM n° 8.), totalizando 2.634 filhos, indica uma média de 3,6 filhos por família, entre o mais alto em Iratapuru, 5,3, e o mais baixo em Sorriso, com 1,8 filhos por moradias entrevistadas, onde apenas 2% das famílias têm mais de 5 filhos; a maioria tem 2 filhos (42%), o dobro do resultado médio da amostragem (20%).

Detalhando se percebe que 5% das famílias estão sem filhos, 13% com um filho, 20% com dois, 21% com três, 15% com quatro, 7% com 5, 4% com 6 filhos e 12% com sete ou mais filhos². Esses dados indicam um regime demográfico tradicional ainda forte com um número de filhos bem superior ao meio urbano. Também as diferenças entre as comunidades são grandes. No Amapá, Iratapuru totaliza 190 filhos por 36 família e 30% das famílias com 7 filhos ou mais; no Maranhão, Ciriaco, as 73 famílias entrevistadas totalizaram 305 filhos e a proporção das famílias com 7 filhos ou mais se eleva à 22%. Ciriaco, Oiapoque, APA Igarapé Gelado e RDS Tupé têm mais de 4 filhos por famílias. Os outros lugares estão abaixo da média, 3,4 filhos por famílias em

² Os estudos sobre o dinamismo demográfico na Amazônia, indicam que em 2000 viviam na região Norte mais de 2,3 milhões de crianças de menos de 7 anos, ou seja, 19% da população (14% para o Brasil) e 75% das residências tinham uma criança nessa faixa etária (51% para o Brasil) (TEIXEIRA, 2004).

Margarida Alves, 3,27 em Juína, 2,94 em Carlinda, indicando que nas zonas de agricultura familiar a natalidade já está reduzida, mas que nos sítios onde a situação da moradia melhorou, as famílias tiveram mais filhos.

A situação demográfica foi, particularmente, estudada no programa DURAMAZ 1 com um questionário denominado Estudo Biográfico das Populações Amazônicas (EBIMAZ), que ilustrou como a natalidade já estava diminuindo, pois a faixa dos chefes de família de mais de 45 anos tinha uma média de 4,7 filhos e os chefes de família de menos de 45 anos tinham uma média de 2,5 filhos; com bastante diferenças entre Sorriso (onde já baixava de 3 para 1,7) e Moikarako onde a natalidade ficava elevada com uma média de 3,9 filhos nos chefes de família de menos de 45 anos. Porém, a tendência geral é de entrar num regime demográfico moderno, mais controlado. EBIMAZ já indicava também um forte êxodo dos jovens, tendência confirmada com a observação generalizada da falta dos jovens no cotidiano das comunidades, que foram estudar ou trabalhar³.

Assim, mesmo se a escolarização progride na Amazônia, a migração para cidade a fim de continuar a escolaridade é o mais comum. Quando os filhos ficam perto dos pais, isso pode ser um indicador de estabilização, mas também uma falta de oportunidade? O dilema será permanência ou saída. Ficar numa estabilidade estagnada ou sair para voltar com melhor formação.

Uma segunda maneira de abordar a estrutura etária seria a partir dos questionários Indivíduos (QI 6), que totaliza um universo de 1.262 pessoas, sendo 1.040 deles chefes de família e 222 filhos de mais 15 anos morando na casa. No total, 53% dos chefes de família são homens e 47% mulheres com diferenças importantes: mais de 80% homens chefes de famílias nas comunidades de Moikarako e de Sorriso, sem filhos morando na casa, resultado parecido para duas situações sociais e culturais bem diferentes. Do outro lado, o papel das mulheres está bem estabelecido, particularmente em 3 sítios - Mimirauá, Ciriaco e Margarida Alves, onde os chefes de família

³ D1, mais da metade dos filhos viviam fora da comunidade: entre 15-19 anos, 10 a 20% e, entre 20-24 anos, 30 a 35%. Em Sorriso mais de três quartos dos filhos vivem em outra localidade.

mulheres são majoritários e onde há também o maior número de filhos de mais 15 anos morando na casa. Observa-se que a paridade está, relativamente, equilibrada no meio rural tradicional e na agricultura familiar.

A idade média dos chefes de família que era de 45 anos no D1 (EBIMAZ) com um intervalo entre 39 anos para Moikarako e Mamirauá e, 53 anos no Igarapé Gelado, se estabelece em 44,3 anos no D2, com chefes de família mais jovens, sobretudo, em Mamirauá (37,3 anos); na faixa dos 41 anos em PDS Esperança, PAE Chico Mendes e Sorriso. Do outro lado, os chefes de família mais velhos se encontram em Juína (55,2 anos), Igarapé Gelado (53,4 anos) e, Carlinda (49 anos). Se no total, a proporção entre os chefes de família que tem menos de 45 anos e os que tem mais de 45 anos é pouco diferenciada (53/47). Os intervalos estão grandes entre os sítios:

✓ por um resultado geral de 53% dos chefes de família que estão na faixa de menos de 45 anos, Mamirauá atinge 77%, Sorriso 67%, PAE Chico Mendes 64% e PDS Esperança e Oiapoque 60%. Uma maior presença de jovens pode significar um certo dinamismo da economia local;

✓ ao contrário, os lugares que têm uma maioria de chefes de famílias de mais de 45 anos: APA Igarapé Gelado com 78%, Juína 77% e Carlinda 61% parecem indicar um retorno no lote rural depois de uma estada na cidade e com aposentadoria.

Uma outra maneira de entender a dinâmica das famílias pela idade foi estudar a composição da unidade doméstica (questão 9 do QM), ou seja, um universo de 2.238 pessoas. Deu para trabalhar com a informação da idade cujo resultado indica uma grande proporção de jovens na população residente, com quase a metade da população com menos de 25 anos. Dividimos em quatro grupos de idade: menos de 25 anos, de 25 a 45 anos, de 45 a 60 anos e mais de 60 anos e, comparamos as situações dos sítios:

✓ 49,4% das pessoas têm menos de 25 anos, da categoria “filho” e “neto”, com mais jovens em Moikarako (66%) e Iratapuru (64%), seguido por PDS Esperança e Oiapoque (55%); Ciriaco e Tupé (49%) e, com menos jovens em Juína (32%) e Sorriso (39%);

✓

✓ 7,5% das pessoas têm entre 25 e 45 anos, portanto, Sorriso chega a 40%, Chico Mendes a 36% e Margarida Alves a 33%, lugares onde a população ativa se caracteriza pela juventude;

✓ 14% das pessoas têm entre 45 anos e 60 anos: Juína chega a 45% e, Igarapé Gelado a 37%, nas zonas de colonização mais antigas;

✓ enfim, 9% das pessoas nas moradias têm mais de 60 anos, da categoria dos “avós”, com máxima para as mesmas áreas: Juína (23%), Igarapé Gelado (15%), Ciriaco (11%) e, onde têm mais jovens, têm poucos idosos, como em Mamirauá (2%) e PDS Esperança (3%).

No total, uma estrutura demográfica nova, dinâmica, em mudança rápida se encontra em Mamirauá, Iratapuru, Moikarako, Sorriso, Oiapoque e PDS Esperança; outra, com uma estrutura mais envelhecida fica mais perto das cidades - Igarapé Gelado, Juína, Carlinda e Tupé; uma terceira categoria mais madura, equilibrada, estabilizada nas idades e na paridade homens/mulheres: RESEX Ciriaco e PA Margarida Alves.

Após a análise de alguns dados demográficos que visava medir o lugar dos jovens e a dinâmica social das famílias, vamos estudar as perspectivas encaradas pelos entrevistados através da visão do futuro que eles têm em relação ao futuro dos seus filhos que poderão ficar ou partir.

No DURAMAZ 1 teve um capítulo especial para tratar desse aspecto “Tem futuro para seus filhos”, uma maneira de perguntar como eles encaravam o que poderia ser uma perspectiva favorável a evolução da comunidade. Em geral, os chefes de família se mostravam otimistas em relação ao futuro. Os mais otimistas eram Moikarako (100%), em seguida PAE Chico Mendes e Sorriso satisfeitos com a situação vivida nas comunidades.

No DURAMAZ 2 uma pequena maioria (49%) continua declarando que “tem futuro para seus filhos”; os mais otimistas estão vivendo em situações opostas como Moikarako, na terra indígena, seguido por Sorriso, na terra da soja; depois vem os extrativistas, PAE Chico Mendes (69%) e RDS Iratapuru, seguidos pelos assentados - Juína (65%) e Igarapé Gelado (60%). Essa satisfação decorre de motivos diferentes que vão da segurança econômica à

preservação das condições tradicionais.

Os mais pessimistas, onde os 2/3 pensam que os filhos não têm futuro e deveriam deixar a comunidade, Oiapoque, sobretudo, no lado brasileiro (82%), mas também RESEX Ciriaco e RDS Tupé (63%), por falta de disponibilidade de terra.

	Non réponse		Sim		Não		NS/NR	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Non réponse	0	0,0%	5	21,7%	16	69,6%	2	8,7%
PAE Chico Mendes (Xapuri - AC)	7	5,0%	89	64,0%	33	23,7%	10	7,2%
PA Margarida Alves (Ouro Preto d'Oeste - RO)	0	0,0%	62	35,2%	85	48,3%	29	16,5%
Oiapoque Brasil	0	0,0%	8	17,4%	38	82,6%	0	0,0%
Oiapoque Guiana Francesa	0	0,0%	21	39,6%	31	58,5%	1	1,9%
Sorriso Vivo (Sorriso - MT)	0	0,0%	55	91,7%	3	5,0%	2	3,3%
(Carlinda - MT)	0	0,0%	58	58,6%	37	37,4%	4	4,0%
RDS Iratapuru (Laranjal do Jari - AP)	0	0,0%	49	61,3%	28	35,0%	3	3,8%
RDS Mamirauá (Tefé - AM)	3	5,3%	27	47,4%	25	43,9%	2	3,5%
Moikarako (Ourilândia - PA)	0	0,0%	44	97,8%	0	0,0%	1	2,2%
RESEX Ciriaco (Cidelândia - MA)	0	0,0%	35	23,0%	96	63,2%	21	13,8%
PDS Esperança (Anapu - PA)	22	17,5%	62	49,2%	36	28,6%	6	4,8%
RDS Tupé (Manaus - AM)	5	7,9%	17	27,0%	40	63,5%	1	1,6%
PA (Juína - MT)	0	0,0%	50	61,0%	16	19,5%	16	19,5%
APA Igarapé Gelado (Parauapebas - PA)	0	0,0%	43	60,6%	21	29,6%	7	9,9%
Total	37	2,9%	625	49,1%	505	39,7%	105	8,3%

Tabela 1: Proporção dos chefes de família que consideram que tem futuro no local para os seus filhos.

Fonte: Projeto DURAMAZ.

	Non réponse		Sim		Não		NS/NR	
	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.	N	% cit.
Non réponse	0	0,0%	5	21,7 %	13	56,5 %	5	21,7 %
PAE Chico Mendes (Xapuri - AC)	6	4,3 %	86	61,9 %	36	25,9 %	11	7,9 %
PA Margarida Alves (Ouro Preto d'Oeste - RO)	0	0,0 %	74	42,0 %	77	43,8 %	25	14,2 %
Oiapoque Brasil	0	0,0 %	17	37,0 %	29	63,0 %	0	0,0 %
Oiapoque Guiana Francesa	0	0,0 %	21	39,6 %	31	58,5 %	1	1,9 %
Sorriso Vivo (Sorriso - MT)	0	0,0 %	25	41,7 %	33	55,0 %	2	3,3 %
(Carlinda - MT)	0	0,0 %	65	65,7 %	27	27,3 %	7	7,1 %
RDS Iratapuru (Laranjal do Jari - AP)	0	0,0 %	70	87,5 %	7	8,8 %	3	3,8 %
RDS Mamirauá (Tefé - AM)	3	5,3 %	49	86,0 %	2	3,5 %	3	5,3 %
Moikarako (Ourilândia - PA)	0	0,0 %	44	97,8 %	1	2,2 %	0	0,0 %
RESEX Ciriaco (Cidelândia - MA)	0	0,0 %	100	65,8 %	29	19,1 %	23	15,1 %
PDS Esperança (Anapu - PA)	22	17,5 %	66	52,4 %	32	25,4 %	6	4,8 %
RDS Tupé (Manaus - AM)	5	7,9 %	47	74,6 %	10	15,9 %	1	1,6 %
PA (Juína - MT)	0	0,0 %	74	90,2 %	0	0,0 %	8	9,8 %
APA Igarapé Gelado (Parauapebas -PA)	0	0,0 %	44	62,0 %	20	28,2 %	7	9,9 %
Total	36	2,8 %	787	61,9 %	347	27,3 %	102	8,0 %

Tabela 2: Proporção das pessoas que consideram que tem terra no local para os seus filhos.

Fonte: Projeto DURAMAZ.

E a pergunta parecida “Aqui tem terra para seus filhos?” (QI 24), uma maioria responde “sim” (62%) sendo os mais otimistas Moikarako (98%), Juína (90%), Iratapuru (87%), Mamirauá (86%), por motivos diferentes: para Moikarako é segurança com o estatuto de Terra Indígena, Juína é valorização dos lotes de terra perto da cidade, Iratapuru é disponibilidade de terra. As respostas da RESEX Ciriaco (65%) e do PDS Tupé (74%) não correspondem

ao estatuto das reservas onde a transmissão da terra é difícil. Quando os habitantes declaram que têm terra para os filhos, na realidade, eles não têm controle, pois a terra é da União.

A média total de 27% declarando que não têm terra para os filhos é contrastado com dois casos ultrapassando a metade dos entrevistados - Sorriso (55%) e Oiapoque (59%) - onde a população estima que o acesso à terra já se esgotou; alto preço da terra para o primeiro e; situação urbana de terrenos não legalizados para o segundo. PA Margarida Alves com 43%, fica também acima da média, porque o espaço agrícola não pode ser estendido.

DURAMAZ 2, QI 23 Perspectivas: “Qual seria o melhor futuro para seus filhos?”, analisando as respostas qualitativas, os dois terços indicam a educação como necessidade. Porém, “Que tipo de educação, no campo ou para o campo?”, “Numa lógica de continuidade ou de ruptura?”, têm respostas do tipo: “Estudar para não trabalharem na roça; para poder morar em outro lugar mais desenvolvido”. Nos lugares mais carentes ou mais isolados, como no PDS Esperança e na RDS Iratapuru, a demanda é mais forte ainda - estudar, com mais de 80%. Tem também uma boa proporção que responde “Ficar no meio rural”, mais de 20% em Sorriso, PA Margarida Alves ou PAE Chico Mendes.

O pessimismo está mais forte nas comunidades na área de influência próxima às cidades; ao contrário, parece que no rural profundo, as famílias ficam mais satisfeitas podendo encarar um futuro para os filhos, devido as melhorias que foram constatadas no nível de renda e nas condições de vida nas comunidades protegidas pelo estatuto de unidade de conservação. Entretanto, esse resultado revela o grau de satisfação da geração atual “O que será dos seus filhos e netos?”.

No DURAMAZ 1, o indicador composto nº 12 buscava medir as evoluções e as satisfações locais, as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, tentando saber se os pais estimavam que os filhos tinham futuro no lugar e bom nível de escolaridade. No cálculo final, as comunidades agrícolas mostravam nota baixa (RDS Tupé, 4,17; APA Igarapé Gelado, 4,23; Juína, 4,47) e, as comunidades extrativistas, notas altas: RDS Iratapuru, 8,27

e PAE Chico Mendes, 7,88. Elas privilegiam a fixação dos filhos no lugar.

Porém, as visões do futuro são também determinadas pelas circunstâncias locais: uma boa safra, dificuldades com a vizinhança ou uma nova escola influem sobre as perspectivas em oferecer aos filhos. No final, a confiança no futuro que as populações têm, flutua e existe numa combinação complexa de fatores que influem sobre “ficar ou sair do lugar”.

A pergunta “O que precisa para se desenvolver?” (I, Q27) pode esclarecer o assunto, analisada pelo Sphinx textual com palavras-chave reagrupadas indica como demanda maior a “educação”, imediatamente seguida pela “saúde”, duas exigências priorizadas pela população amazônica, depois vem “emprego, estradas e indústrias”, com pedidos específicos segundo as situações locais. Assim, os moradores de PAE Chico Mendes reclamam da energia e do melhoramento dos ramais, os do PA de Margarida Alves pedem laticínio e se queixam da dificuldade de lazer, os moradores do PDS Esperança pedem a assistência do Governo, os habitantes de Juína querem indústria e incentivos, enquanto os índios de Moikarako insistem sobre os aspectos culturais, de danças e festas tradicionais. Na RESEX de Ciriaco, os habitantes apontam a “união” como necessidade para se desenvolver, no Mato Grosso, uma maioria quer “indústria”.

	Educação	Saúde	Emprego	Estradas	Indústria	Energia
PAE Chico Mendes (Xapuri - AC)	12	16	4	48	1	32
PA Marg. Alves (Ouro Preto d'Oeste - RO)	34	36	8	18	25	1
Oiapoque / St. Georges (AP / Guayane Française)	17	9	22	11	1	16
Sorriso Vivo (Sorriso - MT)	11	15	0	11	14	0
Carlinda - (MT)	5	30	17	15	13	0
RDS Iratapuru (Laranjal do Jari - AP)	43	8	7	0	0	3
Watorik+ (Barcelos - AM)	0	0	0	0	0	0
RDS Mamirauá (Tefé - AM)	13	7	6	0	0	1
Moikarako (Ourilândia - PA)	6	11	5	0	0	0
RESEX Ciriaco (Cidelândia - MA)	28	37	44	8	1	0
PDS Esperança (Anapu - PA)	32	27	1	21	3	7
RDS Tupé (Manaus - AM)	10	9	5	0	1	11
PA (Juína - MT)	10	15	9	21	25	1
APA Igarapé Gelado (Parauapebas - PA)	10	5	5	6	1	1
Total	231	225	133	159	85	73

Tabela 3: O que precisa aqui para ser desenvolvido.

Fonte: Projeto DURAMAZ.

Assim, as comunidades rurais tradicionais são atravessadas por diferenciações sociais e geracionais, os membros mais velhos têm concepções clássicas das necessidades (terra, serviços básicos); ao contrário, as populações mais jovens que tiveram contatos prolongados com a cidade, reivindicam melhor acesso (transporte, energia). Em todo caso, a intermediação dos órgãos públicos é indispensável, como também a organização das comunidades para obter esses acessos nas condições adequadas e a análise dos dados sobre a percepção geral das mudanças, nesses últimos 5 anos, deverá comprovar isso e ajudar a criar uma tipologia do bem-estar nas comunidades em relação à uma visão mais ou menos otimista do futuro, levantada através das declarações dos moradores.

Percepção geral das mudanças nesses últimos 5 anos

No final do questionário Moradia, tinha perguntas mais qualitativas sobre a percepção que as pessoas têm da evolução das situações locais (QM, 269 a 273). No DURAMAZ 1, o indicador 11 “Percepção das mudanças ligadas ao desenvolvimento sustentável e nível de satisfação das populações” estava bastante elevado⁴, com um bom nível de satisfação geral e os questionários do DURAMAZ 2 confirmam o nível de satisfação da população. A situação geral “melhorou” para quase a metade dos entrevistados (49,2%):

✓ os mais satisfeitos ficam acima desse resultado: Sorriso (64%), Ciriaco (60%), PA Margarida Alves (56%), Iratapuru (55%), Chico Mendes (54%). Entre D1 e D2, parece que a situação melhorou para Ciriaco onde a população acentua sobre as melhorias;

⁴ O módulo “necessidade do presente e perspectivas do futuro” trabalhava com dois indicadores (11 e 12) e buscava medir as evoluções e as satisfações locais, as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, saber se os pais estimavam que os filhos teriam futuro no lugar, terra, trabalho e bom nível de escolaridade. Os mais satisfeitos: Moikarako 8,1, PDS Esperança 7,9, PAE Chico Mendes 7,86, Sorriso 7,79. Os menos satisfeitos, Mamirauá 5,31, Ciriaco 5,37, RDS Tupé 5,48.

✓ a situação geral “ficou igual” por um quarto dos entrevistados (27,5%) e os que constataram poucas mudanças foram Juína e Tupé (37%), Mamirauá (32%), Carlinda (30%);

✓ a situação geral “piorou” para 19% dos entrevistados e, mais ainda, no Oiapoque, onde 29% dos entrevistados viam a situação se deteriorar e, Moikarako também para 25% das pessoas. Sorriso, apenas 10% viram a situação se deteriorar.

Analisando essa percepção mudanças por temas, os resultados ficam um pouco mais contrastados com dois setores que tiveram o maior nível de melhoramento - a renda e as condições de vida:

a) A renda melhorou para 63% dos entrevistados:

✓ os mais satisfeitos com as mudanças na renda - Sorriso (87%), PAE Chico Mendes (73%), RESEX Ciriaco (72%), PA Margarida Alves (71%);

✓ ficou igual 24% em geral, quer dizer poucas mudanças percebidas nos lugares como Moikarako (42%), Mamirauá (37%), Igarapé Gelado e Juína (35%), Iratapuru (33%);

✓ piorou 10% no geral, os menos satisfeitos com um nível de renda que piorou, particularmente, Tupé (19%), Oiapoque (17%), Igarapé Gelado (14%), Carlinda (13%).

b) As condições de vida melhoraram para 69% dos entrevistados:

✓ os mais satisfeitos com as melhorias nas condições de vida - PA Margarida Alves (86%), Sorriso (81%), Ciriaco (80%), PAE Chico Mendes (77%), Juína (73%);

✓ ficou igual 19% no geral, com poucas mudanças percebidas em Moikarako (37%), Carlinda (33%), Iratapuru (28%), Mamirauá (25%);

✓ piorou 9% no geral, sendo os mais pessimistas em Oiapoque onde um terço dos entrevistados declarou que as condições de vida pioraram, na RDS Tupé um quarto e Igarapé Gelado (14%).

O meio ambiente foi o setor onde se observou menos mudanças positivas, “melhorou” para apenas 42% dos entrevistados. Depende de como são vividos em cada lugar os desafios da proteção e as decisões de equipamento dos territórios:

✓ por contraste, os mais satisfeitos com as mudanças percebidas no meio ambiente nesses últimos 5 anos estão situados nos conjuntos regionais mais desmatados por causa de iniciativas de recuperação de áreas, especialmente às margens dos rios; é o caso dos entrevistados de Sorriso (87%) e de Ciriaco (72%) que declararam que o meio ambiente melhorou;

✓ os que estimam a situação semelhante, “ficou igual” representam um quarto (27%), exceto Mimirauá (45%) e Tupé (41%), Oiapoque (40%), Juína e Esperança (32%), onde a evolução do meio ambiente mudou pouco;

✓ piorou para 26% dos entrevistados por causa do impacto de equipamentos nos territórios - em Iratapuru 55% declararam que piorou por causa da construção da barragem no rio Jari; PAE Chico Mendes (38%), Igarapé Gelado 33% por causa das novas estradas.

A organização comunitária foi o outro setor onde se observou menos mudanças positivas, “melhorou” para apenas 41% dos entrevistados:

✓ os mais satisfeitos com as mudanças percebidas na organização comunitária - PA Margarida Alves (71%), Moikarako (60%), Ciriaco (51%), Iratapuru (47%), Carlinda e Sorriso (46%), onde foram constatadas melhorias na representatividade dos habitantes e na governança local;

✓ no geral, ficou igual 33% em lugares de menos mudanças como Juína (52%), Oiapoque (48%), Chico Mendes (47%);

✓ piorou para 19% dos entrevistados, com uma proporção maior de pessoas que perceberam uma degradação da organização comunitária. No PA Margarida Alves, onde uma maioria é satisfeita, mais de um terço observou a degradação da governança local, como também no PDS Esperança. Segundo testemunhas, na RDS Tupé as pessoas não sabem dizer em que “melhorou”.

Enfim, para terminar com a percepção geral das mudanças nesses últimos 5 anos, o setor da saúde deu menos satisfação. A resposta média da situação “melhorou” é de apenas 35%, com bastante diferenças⁵:

⁵ Em relação à DURAMAZ 1, o indicador de “higiene e saúde” (nº 5), mostrava uma situação contrastante: Ciriaco 7,95 e Margarida Alves com 7,74 tinham um índice elevado, pois um bom nível; mais 5 anos depois a situação piorou. Moikarako apresentava o índice mais alto (8,21) por causa da presença do posto de saúde na Terra Indígena e da ausência de ocorrência da malária, e Iratapuru o índice mais baixo (1,81), agora a população é satisfeita.

✓ os mais satisfeitos com as mudanças percebidas no setor da saúde foram Igarapé Gelado (73%) e Iratapuru (72%) e, menos, PAE Chico Mendes (53%) e PDS Esperança (47%);

✓ 33% declararam que ficou igual sem grandes mudanças, particularmente, para Carlinda (50%), Tupé e Juína (44%);

✓ 29% sinalam uma situação que piorou. Os menos satisfeitos com as mudanças no setor da saúde foram Moikarako, onde 75% declaram que a situação piorou; na RESEX Ciriaco são 59% e, Juína 48%, talvez por causa da idade média mais elevada e da necessidade dos idosos de recorrer à medicina; no PA Margarida Alves 43% declararam que piorou.

Segundo os depoimentos, as pessoas nem sempre sabem dizer em que “melhorou”, pois no caso da saúde dizem a situação “melhorou”, entretanto, o acesso aos remédios piorou. Poderia classificar as comunidades segundo a ordem de satisfação dos moradores pelas declarações levantadas nos questionários: Sorriso fica como o lugar onde os entrevistados expressaram mais satisfações com os melhoramentos de renda e das condições de vida - mais de 80%; seguido por Ciriaco (60%), por causa de uma forte coesão comunitária; PA Margarida Alves, com os melhoramentos das condições de vida para mais de 80% e 56% no gera; Iratapuru e PAE Chico Mendes com 55%; Igarapé Gelado e PDS Esperança com 51%. A expressão da satisfação ficou igual a 45%, com situação diferente em Carlinda, Mamirauá e Moikarako. Esses dois últimos estando satisfeitos em relação ao futuro, mas receosos diante das mudanças recentes. Finalmente, em último, os menos contentes com as mudanças que refletem as consequências de uma expansão urbana desorganizada - RDS Tupé e, mais ainda Oiapoque e Juína, com menos de 40% de percepção de melhoramentos.

Cruzando os dados quantitativos com esses últimos qualitativos, uma tipologia do bem-estar começa a aparecer contribuindo em aperfeiçoar um possível modelo de trajetórias de sustentabilidade das 13 comunidades. Cada uma delas parece seguir um caminho que revela uma progressiva adaptação, tanto nas políticas públicas quanto nas necessidades da população. O resultado

final será posicionar cada uma delas em um gráfico, no qual combina o contexto regional, os principais atores e as ferramentas do desenvolvimento local sustentável, desenhando, através da afirmação de formas localizadas de autonomia, modelos locais de sustentabilidade e posições-sínteses oriundas dos resultados obtidos no campo.

A diversidade das trajetórias de sustentabilidade

Retomamos a nossa tentativa de desenhar as trajetórias de sustentabilidade das comunidades, afim de destrinchar a existência de padrões socioambientais capazes de demonstrar a adaptação aos contextos de cada uma delas na busca de autonomia e na construção de novas territorialidades.

O mais importante nesses percursos seria o ponto de partida situacional, quer dizer como se situa cada sítio no seu contexto regional⁶. Fomos buscar uma modalidade introduzida pelos ambientalistas denominada “bioregionalismo” (BERG, 1978), escola de pensamento que aparece como uma alternativa local face à governança global⁷. O objetivo dos bioregionalistas seria de estabelecer formas de governança, ecologicamente descentralizadas, que defendem tanto as tradições das culturas locais quanto a renovação dos conhecimentos sobre os ecossistemas com alguns lugares de aplicação na África (RAMUTSINDELA, 2007). Orientada até o conceito de repovoamento (*rehabitation*) das áreas degradadas por sociedades predatórias, a escola de pensamento bioregionalista aposta no fato de que as populações voltam se conscientizar com os elementos da natureza do lugar onde elas moram, conseguindo uma reestabilização, segundo os princípios da “ecologia adaptativa”, dentro de sistemas que foram bastante antropizados. Seria essa “ecologia adaptativa” que DURAMAZ 2 poderia qualificar após ter observado as evoluções. Conservaremos aqui o

⁶ A região sendo um construído geosocial situado aqui nos biomas amazônicos.

⁷ Bioregionalism, responds to the need for greater consideration of ecological and cultural relationships in globalization and global governance debates. The concept of Bioregionalism appears to be congruent with indigenous and ecological epistemologies (KELLEHER, 2012).

uso da noção de bioregião para melhor caracterizar e encaixar os contextos e trajetórias das comunidades estudadas sobre tudo em relação ao seu meio ambiente.

As bioregiões foram forjadas a partir da base cultural das populações amazônicas tradicionais e da adaptação dos migrantes de outras regiões do Brasil, praticando atividades antigas e modernas. De fato, novas articulações se operam com a modernização: valorização comercial dos produtos da floresta, multiplicação das intervenções públicas, implicação das empresas (ARAÚJO, 2009). Nesse contexto, emergem novas territorialidades nas quais as populações tradicionais oscilam entre a defesa dos direitos recém-obtidos e uma interação maior com os atores do desenvolvimento regional. Essas novas relações exigem um período de aprendizado, tanto das estruturas quando dos fluxos.

Em todo caso, a intermediação dos órgãos públicos é indispensável e as comunidades se organizam para ter os acessos que valorizam o sentido de coletividade. Além do mais, o espaço de produção e reprodução das práticas paternalistas e clientelistas persiste e se mantém baseado no caráter assistencialista observado de longa data nos projetos de desenvolvimento no Brasil (BURSZTYN, 1984). A possibilidade de “captura” política dos resultados de ações assistenciais fica como um fato concreto, tanto nas zonas tradicionais quanto nas áreas de ocupação consolidada. Pode acrescentar também uma certa tendência a uma “hiperadministração” da região amazônica em relação ao resto do país, assim como uma intervenção maior das ONG. Todas essas entidades assumem, claramente, um papel paternalista. No seminário de restituição do DURAMAZ 1, realizado na Universidade de Brasília em outubro de 2009, foram emitidas reclamações contra excessos burocráticos e avaliações repetitivas. Em consequência, parece mais simples recorrer a um político para fazer avançar os projetos “Finalmente, vamos procurar um político!”. Com ele a transação se faz pelo voto, enquanto as outras entidades pedem a conta.

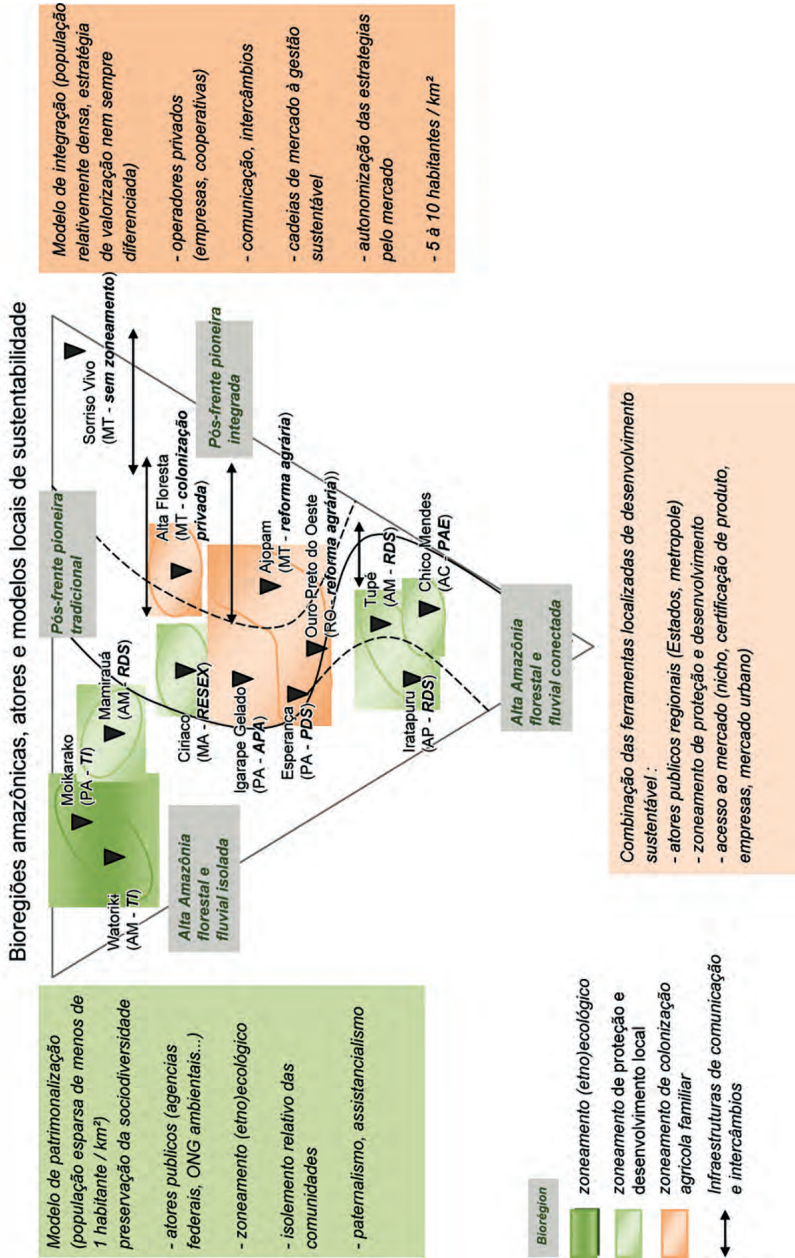


Figura 1: Bioregiões amazônicas, atores e modelos locais de sustentabilidade. Fonte: Projeto DURAMAZ.

Conclusão: interações territoriais e sustentabilidade

O trabalho executado pela equipe DURAMAZ permitiu uma contribuição válida ao estudo da sustentabilidade do povoamento rural da Amazônia brasileira. Móveis durante muito tempo e, recentemente, migrantes, as populações estão ficando mais estáveis e enraizadas; a mobilidade está se reduzido por falta de áreas disponíveis na fronteira. Será essa estabilização um fator de sustentabilidade, tanto social quanto ambiental? Três constatações podem explicar esse fenômeno da estabilização da população: as migrações circulares estão cada vez mais reduzidas, o crescimento de centros e serviços urbanos retém mais os jovens, a extensão das áreas protegidas bloqueia novos desmatamentos e assentamentos. Entretanto, as populações se estabilizam em função das suas características próprias e de seus modos de integração. Dessa forma, seria sustentável a estabilidade dos índios e das comunidades extrativistas? Poderia ultrapassar a atual geração ou essa dos seus filhos, no contexto de dinamismo demográfico e de processos de aculturações? Será que os colonos fixados nos loteamentos rurais encontram uma real estabilidade agrícola, enquanto a diversificação das atividades caracteriza as pós-frentes pioneiras (Mato Grosso, Maranhão, sudeste do Pará)? Encarar o papel das relações de parentesco e de estratégia familiar foi também abordado nas análises EBIMAZ. De qualquer modo, as entrevistas mostraram como a percepção e, mais ainda, a eficácia do conceito de desenvolvimento sustentável, variam de um caso ao outro, mas que, geralmente, tende a ser consensual e apropriado pelas populações de maneira plástica.

O questionamento sobre a sustentabilidade das instalações humanas permite, seguindo um raciocínio geográfico, uma diferenciação bem oposta em dois grandes conjuntos regionais na Amazônia. Pois, existe uma distinção fundamental entre a Amazônia fluvial e florestal pouco habitada (menos de 1 hab/km²) que poderia ser denominada de “Alta Amazônia” e a Amazônia do Arco de povoamento, outrora designada como “arco do desmatamento”, com infraestruturas e populações rurais densas e diferenciadas e que seria a Amazônia da pós-frente pioneiro. E mudando de escala, cada uma poderá

ser dividida em vários sistemas bioregionais superpostos, todos marcados pela interação forte entre o meio natural e um tipo de atividade humana, com regulação comunitária ou empresarial e nível de responsabilidade ambiental elevado. No total, daria uma variedade de ecossistemas naturais e organizações sociais em interação que poderiam ser geridos em função de um “*management*” ambiental contratualizado, o que daria uma tipologia em 5 ou 6 bioregiões e a responsabilidade ambiental elevada, mais ou menos conectados.

O primeiro grande conjunto regional poderia ser subdividido entre uma Alta Amazônia enclavada e uma Alta Amazônia conectada. A sua vez, o pós-frente pioneiro seria subdividido entre um pós-frente pioneiro tradicional, marcado pelas estruturas sociais nordestinas e, um pós-frente pioneiro integrado, mais marcado pela influência capitalista do centro-sul do país. Nessa bioregião da pós-frente pioneira, onde os operadores privados exercem um papel crescente, a pequena agricultura familiar adapta sua estratégia para combinar as ferramentas localizadas do desenvolvimento sustentável proveniente, tanto dos atores públicos regionais (estados, municípios) quanto do mercado (nichos, certificação produto).

A cada grande conjunto corresponde um modelo de desenvolvimento que combina, de diversas maneiras, os atores e as ferramentas de planejamento. O nível bioregional representa uma escala a mais nos processos de governança (MCTAGGART, 1993), situado aqui, entre o nível estadual e o nível local. Essa tipologia enfoca a interação entre as atividades humanas, os processos naturais e as tomadas de decisões numa configuração adaptativa, dialogada e responsável. Cada sociosistema nos sítios estudados estão incluídos numa bioregião.

Na Amazônia florestal e fluvial, o papel do setor público, sobretudo de nível federal, predomina, tal qual o das ONGs ambientais, com o objetivo de preservar a bio e a sociodiversidade. Os zoneamentos etno-ecológicos protegem e seguram o relativo isolamento das comunidades e muitas das relações sociais ainda são de tipo paternalista e assistencialista. Do outro lado, o pós-frente pioneiro conta mais operadores do setor privado (empresas, cooperativas) que apoiam os produtos certificados mais adaptados aos mercados. Todas as

comunidades estudadas ficam, cada vez mais, na área de atração das cidades; se, de um lado, a cidade produtora de renda, riqueza e cultura, tem um poder forte de atração; do outro lado, as zonas protegidas oferecem melhor quadro de vida na autenticidade amazônica. Seria nas combinações dos ativos de cada meio e segundo as diversas escalas, que se poderia tecer trajetórias de sustentabilidade suscetíveis de partilhar visão do futuro. Um dos principais desafios seria baratear o custo do transporte para facilitar os intercâmbios, pois, é com o rompimento do isolamento que as comunidades poderão crescer. Um crescimento para satisfazer a população, não um planejamento *top down*. A maioria das ações deveriam ser bem acompanhadas e, muitas vezes, orientadas para projetos coletivos.

No intervalo de sete anos entre DURAMAZ 1 e DURAMAZ 2 as mudanças foram importantes, devido à monetarização da economia local e ao melhoramento dos equipamentos das casas, dos acessos e dos serviços comunitários. Apesar das dificuldades, sobretudo, no setor da pequena agricultura familiar e das atividades manuais, se pode observar duas tendências predominantes: conexão e autonomia. Existe uma maior conexão intra e inter comunidades, que vai além do projeto nacional de uma Amazônia conectada⁸, porque na Alta Amazônia florestal e fluvial conectada se opera uma combinação de ferramentas localizadas com o engajamento dos atores públicos regionais, tanto na aplicação dos zoneamentos de proteção e dos planos de reforma agrária, quanto a um melhor acesso aos mercados. As comunidades estudadas se situam nas trajetórias para integração sendo, mais ou menos, adaptadas na evolução dos biomas. Por outro lado, a integração regional conduz também à procura de mais autonomia nas comunidades - as pessoas querem se responsabilizar localmente sem depender, totalmente, das imposições das políticas públicas. Essa busca de autonomia se manifesta por

⁸ O programa Amazônia Conectada lançado em junho de 2015 prevê a instalação de 7,8 mil quilômetros de cabos subfluviais de fibra óptica nos leitos dos rios Negro, Solimões, Madeira, Juruá e Purus, interligando 52 municípios e atendendo 3,8 milhões de pessoas da região. O objetivo é levar serviços de *internet* de alta velocidade, telemedicina, tele saúde, ensino à distância para populações ribeirinhas e indígenas, escolas, organizações militares e órgãos públicos.

um certo fortalecimento das associações de moradores e das federações de interesses regionais.

O cenário das trajetórias das comunidades mostra a passagem do isolamento para um mundo conectado que impõe novas relações; ao mesmo tempo, as sinergias operam, gerando mudanças positivas que impulsionam novos dinamismos, mas que podem gerar, também, desestruturas nos modos de vida. Nesse percurso, as bioregiões estão se constituindo como estruturas entre os ecossistemas e os espaços vividos pelas populações locais, sem fronteiras bem delimitadas, pois as fronteiras das bioregiões não são bem delimitadas e estão determinadas mais pela natureza do que pela geopolítica; elas indicam a direção dos intercâmbios e das trajetórias de sustentabilidade, impostas, escolhidas ou aceitas pelas comunidades amazônicas.